



CONHECER O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO ALUNO CEGO NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR

Dhyandra Heilmann ¹
Lucília Gouveia ²

RESUMO

O presente estudo pretende apresentar alguns procedimentos que os profissionais da educação devem estar adaptando no currículo institucional diante das diversas áreas do conhecimento para os alunos acometidos de defeitos visuais. A pesquisa focaliza-se em analisar a realidade do aluno cego. Será realizada uma pesquisa, almejando saber como as instituições trabalham com esses alunos, quais atividades e trabalhos são feitas. Serão apresentados e explicados os recursos existentes para a educação da pessoa com cega, posteriormente apontando a definição e causas. Será abordado durante a pesquisa de Campo no município de Santa Izabel do Oeste – Pr, como ocorre a inclusão destes alunos, quais as metodologias e didáticas utilizadas, quais direitos foram conquistados no decorrer dos anos. Abordará as causas e definição da cegueira. Quais as tecnologias oferecidas nos dias de hoje para a realização de um trabalho de qualidade com esses estudantes. Será apontado como o apoio familiar é importante na inclusão. Por fim serão apresentadas as conclusões diante da pesquisa apresentada.

Palavras chave: Cegueira. Deficiência Visual. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir tem por objetivo realizar um estudo dos alunos cegos do Município de Santa Izabel do Oeste – Pr. Refere-se a uma situação que nos possibilita compreender como é o atendimento do aluno cego, e quais são os maiores desafios que este aluno encontra durante as aulas

¹ Professora Educação Especial na Escola Entre Amigos - APAE, graduada em Arte e Pedagogia pela FAMPER - Faculdade de Ampére. Especialização em Educação Especial e Docência no Ensino Superior.

² Coordenadora do Curso de Pedagogia da FAMPER- Faculdade de Ampére, Gestora na Escola Entre Amigos – APAE.

e durante as a permanência em sala de aula. Este estudo fará alguns apontamentos de quais são os direitos de uma pessoa acometida por defeito visual na escola e na sociedade. Serão desenvolvidas ideias e propostas que facilitem e melhorem o atendimento a estes alunos.

Esta pesquisa pretende realizar um estudo sobre o caminho percorrido pelas pessoas cegas na conquista de seus direitos, bem como entendimento sobre o que é cegueira, quais as principais causas e preconceitos existentes.

O tema abordado refere-se a alunos com cegueira, diante de uma situação que nos possibilita lutarmos contra alguns preconceitos, assegurando e garantindo seus direitos. Nesta pesquisa, contaremos com o apoio familiar que é fundamental nesta situação.

Através deste trabalho entenderemos qual a realidade que um aluno cego enfrenta em seu cotidiano, quais as dificuldades que o estudante e os docentes apresentam ao trabalhar a inclusão nas escolas públicas. Será explorada a maneira como os colegas de turma fazem esta aceitação, ressaltando quais são os direitos que o cego conquistou na sociedade.

É importante imaginar que, vivendo isolada da sociedade, sem estabelecer relações sociais de aprendizado, uma criança cega poderá não desenvolver as conexões necessárias à formação das estruturas psicológicas, tais como: emoção, imaginação, pensamento, consciência, memória, linguagem, entre outras.

Este estudo buscará compreender mais sobre a deficiência visual, ou defeito que podem ser congênitos, hereditário ou adquirido bem como o convívio e interações dos alunos nas classes comuns. Pois, esses alunos possuem o direito estabelecido por Leis quando os mesmos possuem o direito de compartilhar das mesmas experiências de aprendizagem oferecidas aos demais alunos, este processo de cidadania e inclusão social precisa ter início dentro da escola.

Nas considerações finais, apresentam-se contribuições para a reflexão sobre os benefícios e possibilidades dos recursos e tecnologias, que trouxeram e trarão para a inclusão educacional e social das pessoas acometidas de defeito visual.

1 CONHECER O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO ALUNO CEGO NO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR

Para entender a realidade do aluno cego, teve a necessidade de vivenciar a prática, desta forma constitui-se uma pesquisa de campo qualitativa, desenvolvida por fatos vivenciados e com embasamento teórico.

Em nosso município existe CAE-DV (Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Visual), ou Sala de Recursos Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado Visual que está na Escola Municipal Bruno Santin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, atualmente atendem alunos cegos e de baixa visão, matriculados na rede municipal e estadual de ensino (os que estão na rede estadual, à professora auxilia os professores na realização das atividades, avaliações, trabalhos), que foi implantado nos anos 1980. Sendo que na época o profissional atuante possuía um curso básico para trabalhar.

As Salas de Recursos Multifuncionais /ou o Centro de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual – CAEDV é um Atendimento Educacional Especializado para alunos cegos, de baixa visão ou outros acometimentos visuais (ambliopia funcional, distúrbios de alta refração e doenças progressivas), que funcionam em estabelecimentos do ensino regular da Educação Básica, das redes: estadual, municipal e particular de ensino, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo, ser realizado também em instituições comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente. (PARANÁ. 2010 p. 12).

Iniciou-se em 1986, no município de Francisco Beltrão – Pr os Cursos Adicionais nas diferentes áreas: Deficiência Visual, Deficiência Intelectual e na área da Deficiência auditiva - Surdez com o objetivo de formar profissionais capacitado para atender a estes alunos. Hoje em dia, este curso foi extinto, então, temos as Pós – Graduações em Educação Especial, que somente se trabalha o básico uma pós-generalista que trabalha com todas as deficiências, assim deixa lacunas na formação continuada dos docentes.

A Escola Municipal Bruno Santin, realiza atendimento especializado para Deficientes Visuais, dispõe de Reglete, Punção, Soroban e a Máquina de Braille. Os atendimentos são feitos pela professora Carine Stuaní, a professora afirma que é preciso interagir com o aluno e conquistar a confiança destes, para que se sintam seguros em frequentar os atendimentos, pois há um caso, de um adolescente que perdeu a visão de um olho através de uma brincadeira entre amigos, e ainda sente constrangimento em frequentar o CAEDV.

O atendimento no turno contrário é feito por horários, individualmente, em grupo conforme a especificidades dos alunos ou adultos com cegueira congênita, hereditária ou adquirida. Porém, sentido a necessidade de formar novos profissionais o Núcleo Regional de Educação, organizou cursos de Braille. O município de Santa Izabel do Oeste – Pr não possui o CAP, possui somente no município de Francisco Beltrão, sendo a sede do Núcleo de Educação que o município de Santa Izabel do Oeste – Pr, faz parte, mas, ele o responsável pelos processos de avaliação visual e pelos

encaminhamentos para os atendimentos especializados de todos os alunos cegos e com baixa visão, matriculados na rede, bem como pela produção de livros em Braille, ampliados, materiais pedagógicos especializados, formação continuada de professores e incentivo à utilização de tecnologias aplicadas à área.

A função do professor do CAEDV é preparar subsídios que favoreçam o desenvolvimento do aluno acometido por defeito visual, estimulando a aprendizagem. O desenvolvimento é o processo através do qual o indivíduo constrói sua formação e habilidades com o mundo social. É importantíssimo que o professor conheça seu aluno e as suas particularidades, para que possa atuar com este educando de acordo com suas necessidades dentro e fora do ambiente educacional.

Diante da pesquisa realizada podemos vivenciar situações que nos levam a refletir como educadores diante do real processo de inclusão, de práticas pedagógicas com medidas de acessibilidade, facilitando a participação democrática e o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Um fator fundamental no trabalho com a inclusão é a luta pelo atendimento sem preconceitos, respeitando as diferenças e direitos, proporcionando oportunidades de escolarização junto aos demais alunos. Os profissionais da educação especial devem prestar atendimentos proporcionando suporte a estes alunos e preparando-os para serem incluídos na sociedade e para o mercado de trabalho.

A convivência do aluno cego na escola e sociedade ainda está longe de ser algo naturalmente aceito, trata-se, tão somente, da dificuldade de efetivar, na prática, a escola inclusiva, pois não basta determinar a relação do aluno deficiente visual, misturá-lo com outros alunos e um professor para que a seu direito a educação aconteça, nem tão pouco se garanta o desenvolvimento das suas aptidões/aprendizagens.

Silva e Arruda (2014 p.4) determinam que:

A educação é um direito de todos, educação de qualidade e igualitária e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando também ser levado em conta outros princípios como a acessibilidade e locomoção. O professor deve ser visto como mediador e estimulador, tornando a sala de aula um ambiente onde seus limites seja estimulador de sua autonomia.

Ser diferente é um direito humano, respeitar a diferença e diversidade, é um dever de toda sociedade. O professor deverá possuir capacidade e disponibilidade. A cada dia, elaborar

criativamente atividades através dos quais possa levar aos alunos a oportunidade de interagir com os demais o fazendo sentir-se um membro da sociedade e de seu meio.

A função da equipe pedagógica da Educação Especial é orientar o professor quanto ao trabalho que será desenvolvido com alunos, como avaliação de ingresso, planejamento, atividades específicas como braile, soroban, AVDS, relatório semestral, teste de Snellen (visão), ampliação de material pedagógico, acompanhamento ao processo de autorização e análise de documentos.

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base as sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. A falta da visão desperta curiosidade, interesse, aflições e não raro provoca grande impacto no ambiente escolar.

Assim o papel do educador dentro de uma instituição, é de suma importância, o Professor Gilson Rovaris que atua no CAP de Francisco Beltrão afirma, pois é o educador quem vai possibilitar o acesso dos alunos a frequentarem à escola, este é o primeiro passo para o processo de inclusão. A palavra inclusão está cada vez mais presente em nossos discursos, no decorrer da história vivenciamos diversas situações de discriminação e exclusão de pessoas com necessidades especiais, esta prática vem sendo debatida e superada com projetos de discussões, e também com atitudes, pois a inclusão precisa acontecer na prática real do dia-a-dia nas ações de cada cidadão, não apenas nas instituições de ensino, mas em toda a sociedade.

A inclusão defende uma educação de qualidade para todos, que as pessoas cegas ou com baixa visão tem o seu direito a educação reconhecido, com acesso, permanência, e terminalidade com relata o capítulo V da LDB 9394/96, refere-se não somente aos alunos que frequentam as escolas especiais, mas aqueles que também de certa maneira foram excluídos pela sociedade.

1.1 Breve relato histórico percorrido pela conquista dos direitos das pessoas cegas até os dias atuais

Durante muitas décadas a sociedade apresentou uma postura preconceituosa diante da problemática que envolve a pessoa deficiente, os direitos e conquistas dos dias atuais é resultado de uma evolução no decorrer dos tempos, desde a idade Média até a atualidade.

Por muito tempo, não somente os cegos, mas todas as pessoas com deficiência foram consideradas como seres inúteis como uma espécie inferior, totalmente voltada à ignorância. As

peças eram julgadas pela sua aparência física, se não estivesse dentro dos padrões estabelecidos por perfeitos pela sociedade, tornavam-se indivíduos excluídos do grupo social ao qual pertencia.

Conforme relatos de Urbanetz e Melo (2011, p. 40) “nos tempos remotos, anteriores a Era Cristã, devido à falta de conhecimento científico sobre a deficiência e acreditando que se tratava de um castigo divino, as pessoas com deficiências eram mortas ao nascer”, nesta época uma criança que apresentasse defeitos físicos era considerada como um castigo divino, as famílias tentavam ocultar as deficiências, porque os viam como uma espécie de maldição dos deuses.

Bergamo (2010, p. 35) ainda nos afirma que “a sociedade tomou consciência da necessidade de prestar apoio às pessoas deficientes no final do século XVIII e no início do século XIX”, sociedade (Europa) começou a partir daí, dar aos deficientes condições mínimas de sobrevivência: contudo, ainda mantinham isolados, escondidos, por velos como indivíduos dignos de piedade sem a menor potencialidade. As pessoas começaram a lutar pelos seus direitos e demonstrar que os defeitos podem ser a força motriz para o trabalho da supercompensação.

Rocha (1987, p. 183) afirma que “com o surgimento do Cristianismo, o amor pelo próximo foi ressaltado e a sociedade iniciou um processo de amparo e proteção aos incapacitados,” a sociedade passou a prestar condições de sobrevivência aos deficientes, porém ainda os mantinham isolados. Como cita Jannuzzi (2006, p. 29) “em relação aos cegos no século XVIII, procurando ensinar-lhes a ler, foram inventadas várias formas de alfabetos que poderiam ser percebidos pelo tato, inclusive letras em madeira fundidas em chumbo ou recortadas em papelão”. Foi na França que surgiu a primeira ajuda de material para os cegos, pois era preciso estudar uma maneira de educar deficientes visuais. Rocha (1987) nos diz que Jacques Bernoville no século XVIII, publicou um livro sobre o ensino da matemática para os cegos, desta forma passou então a surgirem várias tentativas de escritas para cegos.

Surgiu o sistema tátil criado por Charles Barbier, que utilizando pontos em relevo estendeu o método da comunicação entre as pessoas cegas. A partir deste método Barbier que Louis Braille criou a leitura tátil dos seis pontos, que geram 63 símbolos. Porém os cegos só passaram a ter acesso à alfabetização com a descoberta do Braille, segundo Rocha (1987, p. 185):

A descoberta do Braille foi em torno de 1830, sendo em 1837 o seu primeiro livro. Não foi fácil a sua implementação. Mesmo na França o Instituto dos Jovens cegos de Paris, houve recreação. Reagiam uns por descrença ou por inveja, outros por interesse de ordem pessoal, e muitos por desconhecimento. Mas os jovens cegos aplaudiam.

Desta forma o sistema Braille caracterizado como leitura táctil e escrita para os cegos, permitiu uma forma de escrita mais prática satisfazendo o desejo de comunicação, abriu-lhe o caminho para o conhecimento literário, ampliando suas atividades profissionais, passaram a ter acesso às escolas, ao mundo exterior e ao lazer.

O atendimento especializado aos deficientes no Brasil chegou mais tarde, com intuito de proporcionar aos sujeitos a escolarização proporcionando um espaço no qual as pessoas a partir da interação com a sociedade pudessem construir o saber de acordo com suas capacidades, expressando suas ideias livremente e participando ativamente da vida social, se desenvolvendo como cidadãos, nas suas especificidades, e em suas diferenças. Na história da educação especial em nosso país relatasse que:

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Meninos Cegos. (MAZZOTTA, 2001, p. 28).

O "Imperial Instituto dos Meninos Cegos", este foi um legado de cidadania e dedicação por uma causa buscava de diversas maneiras uma melhoria para o ensino dos pequenos deficientes. Os alunos cegos ou que apresentem qualquer outra deficiência possuem hoje o direito de frequentar as escolas, explorar o mundo a sua maneira. Mais tarde por volta de 1891 o instituto dos Meninos Cegos denominou-se Instituto Benjamim Constante, que mantinha regime de internato.

Diante de movimentos sociais em defesa dos direitos do cidadão com deficiência, conquistasse através do convênio com a secretária de educação o direito a professores capacitados na rede estadual de ensino a trabalharem com o aluno deficiente. Em 11 de dezembro de 1954 foi fundada a Associação Pais Amigos Excepcionais - APAE na cidade do Rio de Janeiro com intuito de cuidar e atender pessoas com deficiência. Por volta da década de 60 em São Paulo inaugura-se a APAE neste estado até expandir-se por todo o Brasil.

Tendo como objetivo cuidar dos problemas relacionados como o excepcional o deficiente mental, a APAE de São Paulo foi fundada em 04 de abril de 1961, como entidade particular, assistencial, de natureza civil e sem fins lucrativos. (MAZZOTTA, 2001, p. 47).

Segundo a professora Rosa Terezinha Bortoloti que atua no Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão o trabalho com as pessoas cegas a Educação Especial iniciou no Estado do Paraná em meados de 1986, com a Deliberação 020/86 expandindo o atendimento aos surdos e

deficientes visuais nos centros de atendimentos especializado ao deficiente. Algumas APAEs já estavam atendendo aos alunos com deficiências intelectuais.

Em Francisco Beltrão a Educação Especial iniciou com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Mundo Colorido, em anos anteriores a 1986. O centro de atendimento especializado aos deficientes auditivos – CAEDA, tendo início em 1986 no Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplicy com a professora Nilva Depubel.

O Centro de Atendimento Especial Deficiente Visual - CAEDV iniciou suas atividades no final de 1986, na Escola Estadual Beatriz Biavatti. Hoje os centros passaram a serem Salas de Recursos Multifuncionais na área da surdez e na área visual.

Conforme nos diz o professor Gilson Rovaris formado em Pedagogia e com especialização em Educação Especial que nasceu com glaucoma, doença está que afeta o nervo óptico, que carrega as informações visuais recebidas pelo olho até o cérebro. O Centro de Apoio Pedagógico - CAP de Francisco Beltrão atende hoje em torno de 18 municípios com Salas de Recursos Multifuncionais, principalmente de acordo com a necessidade dos municípios. Teve início em 2000, quando governo federal decidiu priorizar a inclusão, e o governo do Paraná foi o primeiro que interiorizou este programa, criando o CAP não só apenas em Curitiba, mas também em Francisco Beltrão, Maringá, Cascavel e Londrina. Em Francisco Beltrão o CAP conta com onze profissionais para atender os municípios que pertencentes a ele.

Já os Centros de Apoio Pedagógico possuem a finalidade de dar apoio aos professores na formação continuada através de cursos para trabalhar o Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade, Tecnologias Assistivas e também a elaboração de livros didáticos em Braile que disponibilizam o acesso, a permanência e a terminalidade da escolaridade das pessoas cegas ou com baixa visão.

Para iniciar à escolarização formal do aluno, através do acesso a códigos aplicáveis e a utilização de outros recursos materiais e, e equipamentos específicos, de acordo com a necessidade dos mesmos, não tem uma idade para ingresso.

O fornecimento de livros em Braille começou a partir de 2006, quando adquiriram uma máquina. Pois antes vinha direto de Curitiba, e demorava muito até chegar ao seu destino. Conforme a Deliberação n° 02/03:

O CAP é destinado ao apoio pedagógico de alunos com necessidades educacionais especiais, professores e comunidade escolar. Tem como proposta a utilização de tecnologia para a produção e transcrição de matérias didáticas pedagógicas a disponibilização de materiais e equipamentos específicos necessários ao processo ensino e aprendizagem. PARANÁ. 2003, p. 14.

Este centro de atendimento deverá garantir às pessoas cegas e às de baixa visão o acesso ao conteúdo programático desenvolvido na escola, assim como o acesso à literatura, à pesquisa e à cultura, por meio da utilização de equipamentos para impressão do livro em Braille, adaptado, em relevo ou ampliado.

Ainda existem as instituições especializadas as Escolas de Educação Especial que também oferecem serviços especializados, no turno contrário atendimento de natureza pedagógica, fisioterapeutas e assistência social. Aqui são realizadas atividades, de acordo com a singularidade de cada aluno, compreendendo a educação especializada e a complementação curricular, para apoio escolar à educação básica.

1.2 Adaptação/flexibilização curricular e participação da família

O aluno cego começa a conhecer as pessoas através da voz, e de alguns gestos que elas realizam, como por exemplo, dar um tapinha nas nádegas, brincar da mesma maneira várias vezes consecutivas, eles irão de familiarizando com o toque e com o som da voz, logo já dão um sorriso, e querem ficar perto da pessoa que demonstrou afeto ou formas carinhosas de lidar com ele, pois no primeiro contato o aluno fica relutante e nem gosta de chegar perto, empurra se afasta, sente-se inseguro. A pessoa cega ou com baixa visão faz diversas adaptações, tenta adequar-se ao mundo á sua maneira dentro de suas limitações, porém:

A ponta do dedo não substitui o olho, pois seu alcance é muito limitado em comparação com o campo visual. O aluno cego pode reconhecer apenas um Símbolo de cada vez. Por conseguinte, a leitura do braile nos primeiros estágios se baseia, em grande parte, no método alfabético, silábico e fonético. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. 2006 p. 70).

Algumas pessoas cegas podem apresentar uma boa noção de espaço ou de localização, dependendo do trabalho de orientação e mobilidade que as escolas através dos atendimentos educacionais especializados – deficiência visual proporcionando-lhe assim uma vida autônoma. Um dos principais recursos para a vida mais independente do aluno cego é a utilização da bengala longa, com a qual os cegos localizam os obstáculos existentes em seu caminho.

Quando se fala em limitações, é fundamental lembrar que todo ser humano apresenta alguma, todos temos algum tipo de limitação, quer pessoa com deficiência, quer não, pois as pessoas são diferentes. Todo mundo é aparentemente igual, mas cada um traz em si um universo de diferenças, e

essas diferenças podem ser físicas, sensoriais ou mentais. Mas em toda parte do mundo há pessoas plenamente adaptadas, o que prova que o ser humano supera as adversidades, basta que tenha os instrumentos para isso, e não deixar que outras pessoas lhe imponham limites.

A cegueira muitas vezes é encarrada como uma aberração, as pessoas insistem em ignorar tal fato. A cartilha de atendimento nos diz que a forma mais adequada para se relacionar com a pessoa cega é conversar normalmente, evitando se comunicar por meio de gestos ou expressões faciais, já que para as pessoas com deficiência visual essas manifestações não fazem sentido. Em uma conversa, procure fornecer o máximo possível de orientações verbais. Desta forma, sua comunicação será compreendida e a conversa fluirá normalmente. (FEBRABAN 2006, p.8).

Ao falar de adaptação curricular estamos abordando a tema diversidade e inclusão, este tema costuma ser abordado de forma pouco natural ou espontânea porque os professores não sabem como proceder em relação aos alunos cegos. Eles manifestam dificuldade de aproximação e de comunicação, não sabem o que fazer e como fazer. Nesse caso, torna-se necessário quebrar o tabu, apontar o conflito e dialogar com a situação. Somente assim será possível assimilar novas atitudes, procedimentos e posturas.

Para o Ministério da Educação (1999, p. 52)

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam: preparação e dedicação dos professores, apoio especializado para os que necessitam adaptações curriculares e de acesso ao currículo.

Estes procedimentos adaptados aplicam-se: objetivos, conteúdos, avaliação, metodologia e organização didática e curricular. As adaptações podem ser classificadas como não significativas/pequeno porte quando “constitui-se em pequenos ajustes no currículo regular, realizados pelo próprio professor, no planejamento das atividades no cotidiano escolar” Bergamo (2010, p.69), ou significativas/grande porte que “referem-se a ajustes a ser implementados no sistema educacional para acolhimento de todos que competem à própria sociedade” Bergamo (2010, p.65), desta forma atendendo as necessidades do alunado, pois entende-se que estas são ações, e medidas pedagógicas da instituição.

O professor precisa agir de forma mais natural possível, não devendo superproteger o aluno, ou ignorá-lo, esta uma tarefa difícil que requer muito esforço e flexibilidade, Bergamo (2010, p. 33) nos diz que: “nos dias atuais, a escola tem um papel fundamental para ajudar a incluir esses jovens na vida em sociedade. Mas já houve tempos, porém, que ela própria segregava e discriminava aqueles que se mostravam diferentes”.

O aluno cego necessita de diversos materiais para sua vida autônoma, destaca-se os recursos produzidos em Braille para ter acesso ao currículo e, para isso, há no Paraná cinco unidades dos Centros de Apoio Pedagógico e Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP, nos seguintes municípios: Curitiba, Maringá, Francisco Beltrão, Cascavel e Londrina. Essas unidades são responsáveis pela confecção do livro didático em Braille dos NREs e dos municípios de sua abrangência. Portanto:

O garantir a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais, não apenas como acesso, mas como permanência e prosseguimento nos estudos, é importante que o sistema de ensino organize a estrutura física nas escolas, dos equipamentos, dos materiais didáticos diversos, bem como necessário o investimento em recursos humanos e, principalmente, na formação dos profissionais da educação. (SILVA e URBANETZ, 2011, p.32).

O Atendimento Educacional Especializado é garantia de inclusão, também sabemos que o professor especializado desempenha um importante papel quando atua de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas e disponibilização de recursos que favoreçam o acesso do aluno ao currículo comum, sua interação no grupo, participação em todos os projetos e atividades pedagógicas e acesso físico aos espaços da escola.

É preciso também que haja tecnologias assistivas para as aulas de Educação Física com o uso de barras, cordas, bolas com guiso. O aluno deve ficar próximo do professor que recorrerá a ele para explicar os exercícios ao mesmo tempo em que ele aprende e os pratique. O uso de recursos didáticos visuais diferenciados ocasiona interesse e motivação dos alunos cegos. Devem ser usados recursos e cuidados para que as atividades sejam variadas, a verbalidade é o primeiro passo para um bom entendimento professor e aluno, orientando sobre o espaço físico, e direcionando para locais que facilitem a execução. Para Fernandes (2011, p.176):

A ideia que a flexibilização/adaptação curricular seja uma prerrogativa para o respeito á pluralidade de ritmos e estilos de aprendizagem presentes em sala de aula, contrariando a crença tradicional de que todos os alunos aprendem da mesma forma, com as mesmas estratégias metodológicas, com os mesmos materiais e no mesmo tempo/faixa etária.

As tecnologias, equipamentos e jogos pedagógicos utilizados contribuem para que as condições da aprendizagem sejam mais agradáveis e motivadoras em um ambiente de colaboração e

³Termo utilizado para definir todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e promovendo Vida Independente e Inclusão.

reconhecimento das diferenças. Com bom senso e criatividade, é possível selecionar, confeccionar ou adaptar recursos vastos ou de uso exclusivo.

Na adaptação e produção de material, o professor precisa ter um olhar sensível à transcrição de provas, exercícios e de textos em geral para o sistema braille podem ser realizadas em salas multimeios, em relação aos meios informáticos existem programas leitores de tela com síntese de voz, tais como: O sistema operacional DOSVOX permite às pessoas cegas utilizem o computador para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho, NDVA por esta voz sintética o usuário pode acessar e interagir com o sistema operacional Windows e vários outros aplicativos, JAWS este é um programa leitor de tela que precisa ser comprado são os mais utilizados e concebidos para usuários cegos ou com baixa visão, que possibilitam a navegação na internet, o processamento de textos, e uma infinidade de aplicativos operados por meio de comandos de teclado que dispensam o uso do mouse, há também ferramentas que possibilitam a produção de livros em formato digital, em áudio os textos digitalizados são convertidos em áudio. A Secretaria do estado de educação (2006, p.62) nos explica que:

O sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, inventado na França por Louis Braille, um jovem cego. O ano de 1825 reconhecido como o marco dessa importante conquista para a educação e integração das pessoas com deficiência visual na sociedade.

A maioria dos conteúdos aplicados com os alunos cegos são iguais as utilizados com os demais alunos. Porém, determinados métodos devem passar por algumas adaptações para suprir as necessidades de aprendizagem. Eles precisam de material didático apropriado a suas necessidades para realizar seus estudos. Quando utilizado recursos áudio visuais, o professor deve descrever as imagens, de modo que tenham significado e sentido para o aluno cego, facilitando a compreensão do conteúdo trabalhado. Segundo Mosquera 2010, p. 155:

Para completar as necessidades do deficiente visual, é preciso muito mais: saber lidar com os recursos especializados, reconhecer a situação oftalmologia do aluno depois do diagnóstico, realizar uma capacitação para o emprego de novos recursos, propor as modificações de currículo.

Algumas atividades predominantemente visuais devem ser adaptadas com antecedência e outras durante a sua realização por meio do áudio descrição, que é uma faixa narrativa para as pessoas cegas consumidoras dos meios de comunicação visual, os quais incluem a televisão o

cinema a dança a opera o teatro e outras artes visuais, informação tátil, auditiva, olfativa e também poderá qualquer outra referência que favoreçam a configuração do cenário ou do ambiente. É o caso, por exemplo, de exibição de filmes ou documentários, excursões e exposições. A apresentação de vídeo requer a descrição oral de imagens, para que as cenas sejam preenchidas com dados da realidade e não apenas com a imaginação. É recomendável apresentar um resumo ou contextualizar a atividade programada para esses alunos. Conforme Bergamo 2010, p. 59:

A sala de aula é um espaço complexo, em que professor e aluno interagem constantemente na busca da articulação de conhecimento, gestão de organização do tempo, confrontação de valores e construção de normas e regras. Dentro deste processo, a individualidade de cada dialoga com a necessidade de respeito à diversidade.

Muitos alunos cegos ou de baixa visão se desenvolvem na música, tornando-se cantores, pianistas entre outros instrumentos de percussão, pois é uma habilidade excepcional que eles possuem. Participam de festivais municipais e possuem um ótimo desempenho e classificação. Portanto, deve-se ser explorado este lado artístico deles, incentivando-os e até orientando a seguir este caminho.

No município de Santa Izabel do Oeste possui casos de alunos cegos, que se destacaram na música (participam de uma banda) e na advocacia. Ainda há outros, que estão se formando no ensino médio e pretendem prosseguir seus estudos no ensino superior. Como também existem outros casos que devido a sua cegueira, onde pensam ser doentes e incapazes de trabalhar e ficam somente usufruindo do salário que ganham todo mês (Benefício), outros pedem esmolas, mais a maior crueldade é a exploração dos videntes aos não videntes.

Outro aspecto relevante a ser apontado é a participação da família diante da inclusão, a interação seja dos pais ou responsável pelo aluno acometido de defeito visual contribui para uma boa socialização/sociabilidade, quando o aluno sabe que a família esta com frequência dando suporte a ele, interagindo junto com a escola nas atividades que lhe são trabalhadas, o rendimento escolar é melhor, pois quando á a aceitação dos familiares o deficiente sente-se amado, e vai aos poucos se inserindo a sociedade. A primeira aceitação precisa ser da família, segundo afirmações de Buscaglia (1997, p. 90):

A família pode atuar de forma bastante positiva como mediadora entre a sociedade em que seu filho terá de viver e o ambiente mais consciente e receptivo que ela possa lhe oferecer. A importância do papel da família não pode ser minimizadora, pois é neste campo de experiências seguro que os indivíduos deficientes primeiro aprenderão e comprovarão continuamente que, apesar de suas graves limitações, é-lhes permitido serem eles mesmos.

Ainda nos diz que “a comunicação entre escola e família é tão importante que sempre deve haver tempo reservado para essa atividade.” Buscaglia (1997, p. 309), pois houve tempo em que a própria família por falta de informação e esclarecimento independente da classe financeira pensava que as pessoas cegas ou com baixa visão nunca iriam conseguir desenvolver-se na sociedade. Acredita-se que acima de tudo está o amor e a dedicação que a família irá proporcionar a esta criança, a parte sentimental associada a capacitação a aplicação técnica de profissionais podem promover um excelente trabalho na vida deste aluno. Para O Ministério da previdência e assistência social (1984, p.33):

A família não deve proteger demais a criança que não enxerga, para não prejudicar seu desenvolvimento. O mais importante é que o deficiente sinta que é amado e aceito como ele é. Quando ele é tratado com carinho e naturalidade, vai ter muito mais condições de se desenvolver e ser uma pessoa feliz.

Quando um filho nasce cego é grande o impacto sobre a família, e isso é normal, pois o casal está aguardando o filho perfeito, fazem planos, cria expectativas, depois necessita de um tempo para adaptar-se a nova realidade. Porém o apoio e aceitação da família nesta caminhada são essenciais.

Muitas vezes uma criança que nasce cega é, é discriminada pelos próprios pais e não recebe desde o início a educação adequada. Inconscientemente a mãe rejeita, a mãe rejeita o filho por causa da deficiência. É claro que ela luta contra isso, mas para ela é uma decepção ter um filho cego. “É como se eu estivesse esperando uma boneca por muito tempo e ela viesse quebrada” (A.M.P., 25 anos). De repente, a deficiência visual de seu filho vem colocar em contradição todos os seus planos e aí caem por terra todos os seus anseios, todas as suas expectativas quanto a um filho normal. (ROCHA, 1987. p.210)

A motivação e participação ativa da familiar serão fundamentais, pois é ocorre a primeira inclusão da criança cega, os vínculos afetivos demonstrados e cuidados no cotidiano o farão sentir membros do grupo familiar. Esta adaptação da família à criança será a base para a relação na escola e sociedade.

1.3 Definição e algumas causas da deficiência visual – cegueira

Ainda, com todo o avanço que a Educação Inclusiva obteve nestes últimos anos, algumas escolas tradicionais, alegam um antigo despreparo para receber alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e principalmente o defeito físico ou neuromotor, sabe-se que apenas uma pequena parcela das instituições faz algo no sentido de virem a se preparar. Mas, há também uma

constante alegação de que essa inclusão escolar é muito boa, advertem não poder servir para o aluno que tenha deficiência.

A maioria das escolas ainda está longe de se tornarem inclusivas. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente despreparados (classes especiais, centros e escolas especiais). Para Bergamo (2010, p.62) “a proposta curricular de uma escola inclusiva respeita as diferenças individuais de cada aluno, buscando respostas educativas, às suas necessidades especiais sem deixar de atender aos demais.” Aonde há algum aluno com deficiência há muita falta de recursos para ser trabalhado com eles.

Não adianta só fazer rampas, banheiros específicos, o que está faltando para muitos é a consciência de como trabalhar com esse aluno, não só dar nota para passar de ano, é preciso flexibilização no currículo escolar. No intuito de entender melhor o que a inclusão representa na educação escolar de todos e qualquer aluno e, especialmente para os que têm deficiências, é preciso esclarecer o que as escolas comuns que adotam o paradigma inclusivo defendem e priorizam e em que precisam mudar para se ajustarem a ele.

O objetivo do Atendimento Educacional Especializado é propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência possa construir a sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento. Segundo Fernandes (2011, p.177).

O princípio da flexibilização curricular presente nos documentos oficiais supõe entender que adaptar é uma tarefa necessária que deve fazer do planejamento do ato de educativo, desde o momento em que são instituídas as políticas educacionais até a sua concretização nas salas de aula.

Mesmo diante de tantas informações através de cursos, seminários, grupos de estudos e pós-graduações nesta área da educação especial, bem como, materiais especializados, os professores ainda sentem dificuldades de aceitação do aluno cego, e com outras deficiências incluídas na rede pública nas classes comuns. O que parece perturbar os professores é a necessidade de aproximação, sendo que neles existe uma peculiaridade que exige seu encaminhamento, quer dizer, então, a relação professor/aluno impõe diferenciar-se da forma como vem sendo estabelecida.

Para o Ministério da educação (1999, p. 67) "Inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser a palavra chave para se alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela

igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente”. Buscaglia (1997, p.121) ainda nos diz que: “é importante que os profissionais demonstrem aos pais, através de sua dedicação, que a criança se encontra nas mãos de um especialista competente, igualmente interessado em seu bem-estar”.

Muito mais do que a garantia do direito positivado ou qualquer outra coisa, no centro dos debates da inclusão social encontra-se a necessidade humana das pessoas com deficiência visual ou cega de conviverem na sociedade, independente das condições materiais existentes. É importante imaginar que, vivendo isolada da sociedade, sem estabelecer relações sociais de aprendizado, uma criança cega possa desenvolver as conexões neuronais necessárias à formação das estruturas psicológicas superiores: emoção, imaginação, pensamento, consciência, memória e linguagem. O Ministério da Previdência e Assistência Social (1984, p.33) afirma que:

Ensinar a criança que não enxerga é uma tarefa que exige paciência e amor, habilidade e constância por parte da mãe e da família. Quando a criança for para a escola, o bom relacionamento entre o professor e a família ajudará muito a criança a aprender.

Este estudo busca compreender mais sobre a deficiência visual e de baixa visão, bem como o convívio e interações dos alunos nas classes comuns. Pois, esses alunos possuem o direito estabelecido por Leis onde os mesmos possuem o direito de compartilhar das mesmas experiências de aprendizagem oferecidas aos demais alunos, para promoção de sua cidadania e inclusão social.

Para se tornar efetiva a inclusão, se faz necessário sempre de uma rede de apoio atuante, pois somente a escola não conseguirá, necessita-se da participação das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Escolas Especiais, profissionais especializados, comunidade escolar, família e sociedade.

Cegueira está definida como falta de percepção visual devido a fatores fisiológicos⁴ ou neurológicos⁵. Esta abrange um grande número de pessoas, na visão pedagógica o sujeito cego a partir do momento que necessita da instrução do braile, é aquele que não quer ver o que acontece ao seu redor, já na definição clínica o sujeito é considerado cego quando apresenta seu campo visual abaixo de 20 graus. O Decreto nº 5.296, de 2004 nos diz que:

Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a

⁴ Anatomia do olho, funcionamento do organismo.

⁵ O olho é ligado ao sistema nervoso central e um quadro neurológico agudo pode ocasionar cegueira súbita.

somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2006 p.189)

A cegueira não é apenas um problema, é um desafio que o sujeito enfrentará para o resto de sua vida, porém o tornará forte o suficiente para lutar no mundo. Ainda pode-se dizer que a cegueira pode ocasionar outros problemas tais como: falta de equilíbrio, dificuldade de percepção quando á falta de adaptação nos ambientes e motricidade fina ou ampla⁶. Na definição de Mosquera (2010, p.45):

As causas da deficiência visual são variadas e podem ocorrer desde antes do nascimento, durante o parto ou durante o crescimento do individuo. Independentemente da causa da deficiência, a criança pode perder totalmente a visão ou mesmo crescer com algum resíduo dela. Todas essas crianças vão precisar de possibilidades e estímulos suficientes para crescer e se tornar independentes na fase adulta.

São diversos os motivos que podem levar á pessoa a cegueira, dentre eles os acidentes ocorridos. O Ministério da previdência e assistência social (1984, p.36) nos cita que:

Muitos casos de cegueira ou de pouca visão são decorrentes de traumatismo, ferimentos, perfurações e vazamentos dos olhos. Muitas brincadeiras de crianças com facas, agulhas, garfos e outros objetos pontudos podem provocar ferimentos nos olhos. Alguns brinquedos como estilingues e flechas também são perigosos. A maioria dos casos de cegueira de adultos está relacionada com acidentes de trabalho.

Diante destes fatores é importante sempre à precaução, alertar as crianças dos riscos de objetos perigosos, não deixando ao alcance dos mesmos, em casos de acidentes de trabalhos, prevenir com equipamentos adequados, principalmente óculos de segurança e capacetes. Podemos citar algumas doenças infecciosas adquiridas na causa da cegueira, são elas: Hipovitaminose A, Traucoma, Glaucoma, Oncocercose, Catarata, Toxicoplasmose. Nos casos hereditários na grande maioria, ocorrem por descuidos da mãe ou da família que não fez exames pré-natais, vacinas de prevenção e acompanhamento médico.

De acordo com Marchesi (2004 p.155)

Os bebês cegos apresentam o gesto inato de relaxamento do rosto que é interpretado pelos adultos como sorriso. Este gesto reforçado pelos adultos converte-se ao final do primeiro mês, do mesmo modo que nas crianças videntes em um sorriso socisl. Os dados procedentes de diferentes pesquisas mostram que, com quatro semanas de vida, os bebês

⁶ Motricidade Fina: É a capacidade para executar movimentos finos com controlo e destreza (por exemplo, usar uma tesoura ou um lápis). Motricidade ampla: É a capacidade de andar, jogar ou correr.

cegos e deficientes visuais respondem com um sorriso às vozes de seus pais e ao contato corporal com eles, quando, por exemplo, os pegam no colo e lhes fazem carícias.

Nos dias atuais é um direito de toda criança para diagnosticar a baixa visão ou cegueira realizar o teste do olhinho, talvez pouco conhecido, por ser recente. Este é oferecido pelo SUS, devendo ser realizado na primeira semana de vida do recém-nascido, quando ainda está na maternidade, consiste em examinar doenças de visão no bebê, como catarata congênita, tumor e glaucoma, deve ser feito a cada 6 meses até os dois anos de idade. Este teste é de suma importância para prevenir a cegueira infantil.

É importante que a observação familiar, quando uma criança é pequena para perceber problemas visuais, quando ela cai facilmente, não percebendo degraus, ou quando anda com cautela com medo, ou trazem muito próximo ao rosto brinquedos ou outros objetos que a chamam a atenção, o primeiro passo é encaminhar ao oftalmologista para diagnosticar e trabalhar com as diversas hipóteses. Após o diagnóstico o médico poderá indicar os recursos necessários, tais como: uso de óculos ou lentes, lupas e/ou cirurgias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje a Pedagogia crítica atual defende a ideia de construirmos uma sociedade que saiba respeitar e conviver com as diferenças, preocupando-se com uma sociedade mais justa. O diálogo como um fator essencial no processo educativo, onde tem seu foco principal da aprendizagem a luta pela igualdade de direitos o combate às injustiças sociais.

É preciso lembrar que não somos iguais a ninguém, contudo vivemos em uma sociedade tão desigual, que pensa que a diferença social é um problema, acreditamos que o primeiro passo é a educação está é a inclusão. A inclusão e o respeito á diversidade começa nas escolas com uma perspectiva de que o ensino e para todos.

Desta forma sabemos que para que se possa formar um sistema educacional de qualidade para os cegos necessita-se aprender a valorizar e aceitar as diferenças presentes em nossas escolas. Com alterações no projeto político pedagógico da instituição sempre que necessário, para que se possa mostrar à comunidade escolar que o cego, possui uma limitação sensorial, mas nem por isso o torna uma pessoa incapaz ou menos inteligente.

Cabe aos educadores rever suas metodologias e criar condições de estudos para as pessoas portadoras de cegueira ou de baixa visão, propondo novos métodos e estratégias de aprendizagem. Assim facilita os meios de acesso ao conhecimento e à informação, bem como os instrumentos avaliativos devem ser adequados às condições visuais destes educandos.

No momento em que se estiver em contato social ou trabalhando com o cego, não se deve pensar que a cegueira é um problema e, por isso, nunca cometer o erro de excluí-los de participar plenamente, nem procurar minimizar. Pode-se deixar que decidam como participar. Deve-se proporcioná-los a chance de ter sucesso ou de falhar, igual à outra pessoa dita normal. Os profissionais da educação apresentam dificuldades diante da proposta de inclusão, alegando despreparo para lidar com eles, porém na maioria das vezes não buscam aprender ou aperfeiçoar-se, preferindo isola-los, excluindo-os por completo. Parecem não compreender que a deficiência não o impedirá de construir o conhecimento.

Para conseguir desenvolver um trabalho dentro de uma proposta educacional inclusiva, é fundamental o trabalho em equipe, é necessário ter o apoio do gestor e da equipe pedagógica, estabelecendo dentro o projeto político pedagógico sobre a inclusão desses alunos, disponibilizando ao alcance de todas as informações básicas.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Curitiba: Ibepex, 2010.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Tradução: Raquel Mendes. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 1997.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Manual de identificação precoce de deficiências. Brasília, MPAS/DA/SPR,1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legal. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

Coletânea de Legislação educacional. Disponível em:<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/coletaneas/coletanea2010.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

Coleção Febrabran de inclusão social. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/CartilhaAtendimento.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a Educação Especial**. 2ª ed. rev e atual. Curitiba. Ibepex,

2011.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. -2ª ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 3ª ed, - São Paulo: Cortez, 2001.

MARCHESI, Álvaro. COLL, César. PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação. Trad. Fátima Murad – 2ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. Deficiência visual na escola inclusiva. – Curitiba: Ibpx, 2010.

MELO, Alessandro de. URBANETZ, Sandra Terezinha. Trabalho de conclusão de curso em pedagogia. – Curitiba: Ibpx, 2009. (Série TCC e Estágio em Pedagogia).

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial. 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ROCHA, Hilton. Ensaio sobre a problemática da cegueira: Prevenção – Recuperação – Reabilitação. Belo Horizonte: Centro Gráfico, 1987.

O Papel do Pedagogo em Relação à Inclusão Escolar. Disponível em:< http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/859-1.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. Disponível em:< http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2016.

Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. [2. ed.]/coordenação geral SEESP/MEC.-Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p.

SILVA, Monica Caetano Vieira da. URBANETZ, Sandra Terezinha. O estágio no curso de pedagogia. (Org) 1ª ed. rev. e atual. – Ibpx, 2011.

Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

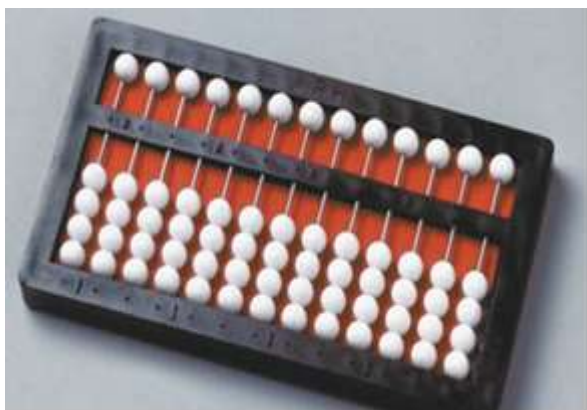
ANEXOS



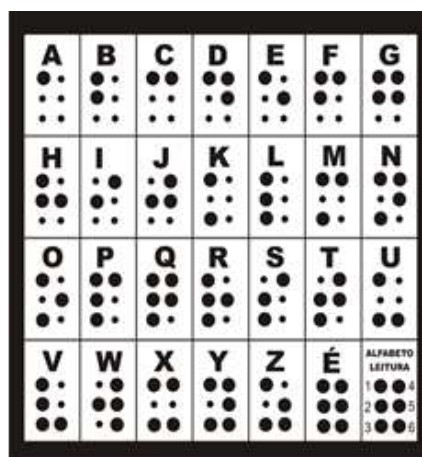
1- Reglete e Punção



2- Máquina Braille



3- Soroban



4- Alfabeto Braille